

23/11/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.183 SÃO PAULO

| | |
|-----------------|-----------------------------------|
| RELATOR | : MIN. DIAS TOFFOLI |
| PACTE.(S) | : STEVE ALEXANDRE |
| IMPTE.(S) | : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO |
| PROC.(A/S)(ES) | : DEFENSOR PÚBLICO GERAL DA UNIÃO |
| COATOR(A/S)(ES) | : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA |

EMENTA

Habeas corpus. Processual penal. Competência. Conexão. Crimes de uso de documento ideologicamente falso (CP, art. 304 c/c 299) e de moeda falsa (CP, art. 289). Inviabilidade de reexame de fatos e provas na via estreita do writ constitucional. Prisão preventiva. Trânsito em julgado da sentença condenatória, que alterou o título da custódia. Paciente que, ademais, atualmente se encontra em regime de liberdade condicional. Constrangimento ilegal inexistente. Ordem denegada.

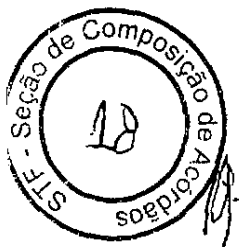
1 - Não é o **habeas corpus** meio idôneo para o reexame aprofundado dos fatos e da prova, necessário, no caso, para a verificação da conexão, ou não, do crime de uso de documento ideologicamente falso pelo paciente e do crime de moeda falsa imputado aos demais corréus, e, portanto, da competência, ou não, da Justiça Federal.

2 - Alegação de nulidade da prisão cautelar imposta ao paciente que restou prejudicada pelo trânsito em julgado da decisão condenatória e subsequente livramento condicional do sentenciado.

3 - **Habeas corpus** denegado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em indeferir o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.



HC 100.183 / SP

Brasília, 23 de novembro de 2010.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

23/11/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.183 SÃO PAULO

| | |
|------------------------|--|
| RELATOR | : MIN. DIAS TOFFOLI |
| PACTE.(S) | : STEVE ALEXANDRE |
| IMPTE.(S) | : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO |
| PROC.(A/S)(ES) | : DEFENSOR PÚBLICO GERAL DA UNIÃO |
| COATOR(A/S)(ES) | : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA |

RELATÓRIO**O EXMO. SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Steve Alexandre, denunciado e condenado pelo crime de uso de documento falso (CP, art. 304 c/c o 299 do mesmo **codex**), buscando, liminarmente, o reconhecimento da incompetência da Justiça Federal para julgamento da imputação feita ao paciente, bem assim a revogação da sua prisão preventiva, imposta por ocasião do julgamento do recurso de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Aponta como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao RHC nº 23.241/SP interposto àquela Corte, da relatoria do Ministro **Napoleão Nunes Maia Filho**.

A impetrante sustenta, em síntese, que “[a]través da ação nº 2006.61.81.00.9864-0 que tramitou perante a 5ª vara criminal da Seção Judiciária de São Paulo, o paciente esta (sic) sendo processado e julgado por uso de documento falso emitido por órgão estadual, enquanto os demais réus estão sendo processados pelo delito de moeda falsa. Ocorre que, ao contrário desse delito, o uso de documento falso, quando emitido por órgão estadual, é de competência da Justiça Estadual por não haver qualquer prejuízo à União, somente justificando o processamento comum perante a Justiça Federal a existência de conexão entre os delitos imputados. (...) No caso dos autos não se verificou qualquer das circunstâncias acima, não justificando, portanto, o julgamento do crime de uso de documento falso perante a Justiça Federal.” (fl. 4).

Aduz, ainda, que “[v]erifica-se da r. Sentença emanada que o paciente foi

HC 100.183 / SP

condenado ao cumprimento da pena de dois anos e seis meses em regime semi-aberto. Entretanto, lhe foi vedado o direito de recorrer em liberdade sob o fundamento de que poderia colocar em risco a aplicação da lei penal. Tal entendimento afigura-se contraditório e desarrazoado, impondo restrição à liberdade incoerente com o regime inicial de cumprimento da pena, mormente se considerarmos que a decisão já transitou em julgado para a acusação, ou seja, que a pena não será elevada, mas sim diminuída em razão de recurso de apelação interposto pela defesa. (...) e, forçoso concluir que já foi cumprido em regime fechado mais da metade da pena imposta, o que justifica, até mesmo pela possibilidade de progressão do regime, a decretação de sua liberdade ou, quando muito, o cumprimento cautelar da pena em regime semiaberto” (fls. 7 e 11).

Ao final, requer, em sede cautelar, seja “deferido salvo conduto ao réu Steve Alexandre, enquanto não julgado definitivamente este writ ou a apelação apresentada no processo principal, o que ocorrer primeiro” (fl. 12).

No mérito, busca “seja reconhecida a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o paciente pelos crimes descritos na denúncia, e anulados todos os atos decisórios praticados pelo juízo incompetente, bem como seja revogada definitivamente a ordem de prisão para a apreciação do recurso apresentado pela defesa.” (fl. 12).

Em 6/8/09, em razão da ausência do saudoso Ministro **Menezes Direito** nesta Capital Federal, decidiu o eminente Ministro **Marco Aurélio** pela inviabilidade de apreciação do pleito liminar, em decorrência da instrução deficiente da impetração, solicitando as devidas complementações e informações à autoridade impetrada e ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (fl. 19).

As informações foram prestadas às fls. 28/31 e 43/54.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Edson Oliveira de Almeida**, manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 61/62).

É o relatório.

23/11/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.183 SÃO PAULO

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Conforme relatado, volta-se esta impetração contra decisão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, no RHC nº 23.241/SP, interposto perante aquela Corte, negou provimento àquele recurso.

Eis a ementa daquele julgado:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. USO DE DOCUMENTO IDEOLOGICAMENTE FALSO (ART. 304 C/ C ART. 299 DO CPB). PACIENTE CONDENADO A 2 ANOS E 6 MESES DE RECLUSÃO, EM REGIME SEMI-ABERTO. VEDADO O APELO EM LIBERDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. CONEXÃO PROBATÓRIA (ART. 78, IV DO CPP). SÚMULA 122 DESTE STJ. PACIENTE QUE FOI PRESO EM FLAGRANTE DELITO QUANDO SE ENCONTRAVA FORAGIDO DE COLÔNIA PENAL, TENDO PERMANECIDO CUSTODIADO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PARECER DO MPF PELO PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO, NO ENTANTO.

1. Relacionado o delito de uso de documento ideologicamente falso ao crime de moeda falsa, operou-se a força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual, ex vi do que dispõe o art. 78, IV do CPP, pois a Justiça Federal qualifica-se como especial em relação à Justiça Estadual. Enunciado 122 da Súmula de Jurisprudência deste STJ (Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de Processo Penal).

2. Não configura constrangimento ilegal a manutenção da prisão cautelar como garantia de aplicação da lei penal, pois

HC 100.183 / SP

conta dos autos que, ao ser preso em flagrante delitivo, o recorrente era foragido de uma colônia penal onde cumpria pena em regime semi-aberto, pela prática do crime de roubo.

3. Parecer do MPF pelo provimento parcial do recurso.

4. Recurso ordinário desprovido" (fl. 271 – apenso).

Sustenta a impetrante, em síntese, que *"o uso de documento falso, quando emitido por órgão estadual, é da competência da Justiça Estadual por não haver qualquer prejuízo à União, somente justificando o processamento conjunto perante a Justiça Federal a existência de conexão entre os delitos imputados. (...) No caso dos autos, não se verificou qualquer das circunstâncias (...), não justificando, portanto, o julgamento do crime de uso de documento falso perante a Justiça Federal"* (fl. 4).

No mais, insiste na ilegalidade da manutenção de sua custódia cautelar, enquanto não transitada em julgado a decisão condenatória.

A primeira questão posta em discussão neste **habeas corpus**, a saber, a aventada incompetência da Justiça Federal para processamento e julgamento da ação penal instaurada contra o paciente, foi afastada em julgamento, tanto pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (ao apreciar a apelação e os embargos declaratórios interpostos pela defesa – cf. informação colhida do **site** daquela Corte Federal na **internet**), como pelo Superior Tribunal de Justiça, não comportando análise por esta Suprema Corte na via específica do **writ** constitucional.

O exame da alegação de que inexistiria, na espécie, conexão entre o delito imputado ao paciente (uso de documento falso) e a imputação de posse de moeda falsa feita aos corréus, como se vê, não prescinde do exame aprofundado da prova, o que é inviável na sede estreita do **habeas corpus**.

Nesse sentido, a posição de ambas as Turmas desta Suprema Corte:

X ""Habeas Corpus". - Não é o 'habeas corpus' meio idôneo para o reexame aprofundado da prova, o qual seria necessário, no caso, para a verificação da conexão, ou não, do tráfico de cocaína com o exterior, e, portanto, da competência, ou não, da

HC 100.183 / SP

Justiça Federal. - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já se firmou no sentido da possibilidade de concurso material dos crimes previstos aos artigos 12 e 14 da Lei n. 6.368/76. - Improcedência da alegação de vício na fixação da pena. '**Habeas corpus**' indeferido" (HC nº 68.996/RJ, Primeira Turma, da relatoria do Min. **Sepúlveda Pertence**, DJ de 8/5/92 - grifei);

PENAL. PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS**. QUESTÃO NOVA: EXCESSO DE PRAZO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. CONEXÃO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. CPP, ART. 82. EXAME DE PROVAS: IMPOSSIBILIDADE. I. - O **habeas corpus** não pode ser conhecido quanto à alegação de excesso de prazo, tendo em vista que tal questão não foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça. II. - No concurso de crimes, a competência criminal da Justiça Federal para um deles atrai o processo dos crimes conexos. Isto não ocorrerá, entretanto, quando já exista sentença condenatória proferida pela Justiça estadual, hipótese em que, embora os crimes tenham sido reunidos em processo único na Justiça do Estado, aplica-se o art. 82 do Código de Processo Penal, restringindo-se a nulidade ao delito federal. Precedentes: HC 57.949-SP, **Xavier de Albuquerque**, 'DJ' 17.10.80; HC 74.788-MS, **Sepúlveda Pertence**, 'DJ' 12.9.97". III. - O exame da alegação de que a denúncia implicitamente fez referência à prática de tráfico internacional de entorpecentes implicaria o revolvimento do conjunto probatório, o que não se admite nos estreitos limites do **habeas corpus**. IV. - H.C. conhecido em parte e, nessa parte, indeferido" (HC nº 81.617/MT, Segunda Turma, da relatoria do Min. **Carlos Velloso**, DJ de 4/6/02 - grifei).

No que tange à alegação de ilegalidade da prisão cautelar, a questão está prejudicada. Em primeiro lugar, em razão do trânsito em julgado da sentença condenatória, ocorrido aos 14/10/09, com o não provimento do recurso de apelação interposto pela defesa na Ação Penal nº

HC 100.183 / SP

2007.61.81.001724-2.

Não se pode, ainda, deixar de considerar que, atualmente, conforme informação prestada pelo Juízo da 1ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo, o paciente encontra-se no gozo de livramento condicional, não mais subsistindo aquele título prisional provisório, nem mesmo sua segregação corporal.

Considerando esse quadro, tenho que a ordem é de ser denegada.

É como voto.

23/11/2010**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 100.183 SÃO PAULO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Estou concedendo a ordem, Presidente.

Entendo que não há repercussão entre os fatos. Uma coisa é portar moeda falsa; outra é, numa blitz certamente ou na delegacia policial, por isso ou por aquilo, apresentar-se cédula de identidade falsa. São crimes diversos, tem-se a definição toda própria pela legislação. Trata-se de competência em razão da própria matéria, competência absoluta.

Por isso, peço vênua ao relator para conceder a ordem, assentando, portanto, quanto ao crime de falsidade da identificação, a competência da Justiça Comum.

23/11/2010**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 100.183 SÃO PAULO****DEBATE**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Senhor Presidente, no primeiro *Habeas Corpus*, de nº 103.313...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):
(CANCELADO)

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Vossa Excelência está julgando apenas o primeiro?

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Só o primeiro.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):
(CANCELADO)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro Dias Toffoli (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), no primeiro *habeas*, não está envolvida a questão da competência, apenas no segundo. O paciente é o mesmo no primeiro e no segundo.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):
(CANCELADO)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro Dias Toffoli (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), porque no primeiro *habeas*, pelo menos no parecer – tanto que se impetrou dois – veiculou-se o problema da falsidade ideológica, apontando-se que, como o documento de identidade não foi exibido espontaneamente...

HC 100.183 / SP

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):
(CANCELADO)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro Dias Toffoli (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), mas porque o documento foi pedido pela autoridade policial, não haveria o crime de falso?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):
(CANCELADO)

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Mas esse é o segundo.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):
(CANCELADO)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro Dias Toffoli (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), a tese é estapafúrdia, beira a ingenuidade.

Agora, no segundo, peço vênua a Vossa Excelência para divergir. Em primeiro lugar, a competência da Justiça Federal, a meu ver, é de direito estrito, é o que se contém na Constituição Federal. Normas processuais comuns – como são as normas regedoras da continência e da conexão – não podem alterar essa competência.

Há mais. O que tem a ver a imputação alusiva à falsidade ideológica, ante apresentação de uma carteira falsa, com o crime de falsidade de moeda da competência da Justiça Federal? Não vejo sequer a conexão probatória, porque a prova de um fato é toda própria, diversa daquela do fato diverso, que é a moeda falsa. Esta é distinta da primeira que restou, praticamente, consubstanciada na apresentação do documento falso, pouco importando a autoria da falsidade. Por isso, tendo à conceder a ordem, e, penso, é no *Habeas Corpus* nº 100.183.

HC 100.183 / SP

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Ai, Vossa Excelência preconizaria que os crimes fossem apurados, porque distintos em sua natureza, um, pela Justiça Federal e, outro, pela Justiça Comum?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Entendo que sequer há o problema da conexão probatória. No tocante à identificação, como envolve cédula – que não é em pecúnia –, o crime deve ser julgado pela Justiça Comum. A Justiça Federal, evidentemente, atuará quanto ao crime de utilização de moeda falsa, ou portar moeda falsa.

Concedo a ordem no *Habeas Corpus* nº 100.183.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Creio que com relação ao *habeas corpus* 103.313 todos estão de acordo e denegaram a ordem.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

A alegação principal é a de que ele não apresentou o documento espontaneamente.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - E que o fato seria típico. Acho que esse é um argumento estapafúrdio, como diz o Ministro Marco Aurélio.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Já disse, é estapafúrdio a tese.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Então, por unanimidade, no *habeas corpus* 103.313 denegaram a ordem. Com relação ao *habeas corpus* 100.183 há essa questão de saber se se concede a ordem para desmembrar - digamos assim - a persecução criminal a respeito de dois crimes.

HC 100.183 / SP

Vossa Excelência está dizendo que há conexão entre eles?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Basicamente, o meu voto não entra nesse mérito, mas na questão de que seria necessário revolver à Justiça de Primeira Instância. O Tribunal Regional Federal – foi por isso que fiz questão de ler o trecho para melhor aclarar a Vossas Excelências o tema - diz que havia conexão. Digo no meu voto, basicamente, que seria necessário revolver esses aspectos de prova, o que, na sede de **habeas corpus**, não é possível. Então, denego a ordem com esse fundamento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Os fatos estão bem definidos.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Foi por isso que fiz questão de fazer a leitura do próprio acórdão, para ficar mais claro.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Tem-se o envolvimento do falso no tocante à moeda e falso quanto à identidade.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Agora é possível que, no caso - estou fazendo apenas uma elocubração mental -, o paciente tenha apresentado um documento falso para escapar, enfim, de um flagrante que dizia respeito ao uso de moeda falsa. Quer dizer, havia um comportamento, de certa maneira...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Dizia respeito ao uso de moeda falsa. Ele estaria - digamos - com os comparsas, já que estão todos condenados com trânsito em julgado.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Mas, o fato, quer dizer, o objetivo visado, a meu ver, não modifica a competência.

HC 100.183 / SP

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):
(CANCELADO)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro Dias Toffoli (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), o que ele pretendeu com a apresentação da identidade falsa, é ponto de vista.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Agora, talvez, se se desmembrar o feito é possível até que haja prescrição, porque o crime de falso tem prescrição muito...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, os crimes não estão umbilicalmente ligados a ponto de atrair a conexão probatória. Uma coisa é o crime de falso quanto à identidade, outra é o de falso quanto à moeda.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - O que me impressiona, *data venia*, no argumento do Ministro Toffoli, é que, realmente, como se trataria de revolvimento de fatos e provas para saber se...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não, os fatos são incontroversos.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - São incontroversos.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Mas eu só gostaria, aqui, de fazer a leitura dos precedentes do meu voto, que procurei resumir. Acho que é necessária a leitura, diante da divergência, sempre respeitável, aberta pelo eminente Ministro Marco Aurélio, o que me faz também refletir e me impor uma releitura, aqui e

HC 100.183 / SP

agora.

Digo no meu voto, Presidente, que “o exame da alegação de que inexistiria, na espécie, conexão entre o delito imputado ao paciente (uso de documento falso) e a imputação de posse de moeda falsa feita aos corréus, como se vê, não prescinde do exame da prova”.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Seria no tocante aos corréus a problemática da moeda e a responsabilidade individual quanto à identidade, surgindo responsabilidade única.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Estaria com as pessoas que estavam dentro do veículo.

Retomando, a imputação de porte de moeda falsa feita aos corréus, como se vê, não prescinde de exame de profundidade de prova, o qual é inviável na sede estreita do **habeas corpus**. No HC 100.183/SP, cito alguns precedentes, dos quais peço vênica para, rapidamente, fazer a leitura das ementas:

“Penal, processual penal, **habeas corpus**, questão nova, excesso de prazo, competência da Justiça Federal, conexão, sentença condenatória [ai, vou diretamente à questão da competência] (...) No concurso de crimes, a competência criminal da Justiça Federal para um deles atrai o processo dos crimes conexos. Isso não ocorrerá, entretanto, quando já exista sentença condenatória proferida pela Justiça Estadual. Importa-se que, embora os crimes tenham sido reunidos em processo único na justiça do Estado, aplica-se o 82 do CPP, restringindo-se a nulidade ao delito federal.

O exame da alegação de que a denúncia, implicitamente fez referência à parte de tráfico internacional de entorpecentes, implicaria o revolvimento do conjunto probatório, o que não se admite nos estritos limites do **habeas corpus**.”

E há um outro que diz:

HC 100.183 / SP

"Habeas corpus . Não é o habeas corpus meio idôneo para o reexame de prova, o qual seria necessário, no caso, para verificação da conexão ou não do tráfico de cocaína para o exterior, e, portanto, da competência ou não da Justiça Federal."

São dois precedentes que cito, aqui, no meu voto, para ir na linha de que a verificação dessa conexão envolveria análise de provas.

Senhor Presidente, eu não tenho elementos no **habeas corpus** para dizer que não havia nenhuma conexão entre o uso do documento falso e o outro delito pelo qual responderam os corréus.

Por isso, mantenho, com a devida vênia da divergência, o posicionamento no sentido de denegar o **habeas corpus** nesse de nº 100.183.

23/11/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.183 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Peço vênia à divergência para acompanhar o Relator, aplicando, como consta inclusive da ementa do acórdão do STJ, o art. 78, inciso II, alínea a do CPP, que diz:

"Art. 78 - Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

(...)

II - no concurso de jurisdições da mesma categoria:

a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave;"

No caso, a moeda falsa é a pena mais grave, com toda certeza.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – A diferença está na conexão probatória que, no caso, não reconheço existir.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - E o inciso IV desse mesmo dispositivo:

"IV - no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta."

Então, peço vênia a Vossa Excelência. Claro, Vossa Excelência encara a questão sob outra perspectiva, igualmente legítima e válida.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 100.183

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

PACTE.(S) : STEVE ALEXANDRE

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO GERAL DA UNIÃO

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 23.11.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão o Ministro Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Fabiane Duarte
Coordenadora